



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA DOZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E QUINZE (12-08-2015)

Às dezenove horas e quarenta e cinco minutos do dia doze de agosto de dois mil e quinze, no Auditório Aníbal Walter no Centro de Convenções Alphonsus de Guimarães Filho, situado na Avenida Getúlio Vargas, centro, nesta cidade, reuniram-se representantes dos poderes constituídos, sociedade civil organizada e cidadãos marianenses em Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº34/2015, de autoria do Vereador Cristiano Silva Vilas Boas, para discutirem sobre a redução da maioridade penal e a violência contra jovens negros. Com a palavra, o Presidente da Câmara, Antônio Marcos, cumprimentou a todos e parabenizou o autor do requerimento e acrescentou que era muito gratificante poder aprofundar no tema, porque não era só uma questão de legislação e sim de compreender e enfrentar a situação atual das crianças e dos jovens, estudar meios para que essas pessoas não cheguem a passar pela lei proposta. Adiante, o Presidente disse que a Câmara tem dado muita importância à participação popular, através de audiências públicas e Tribuna Livre, por exemplo. Talvez se trabalhasse com políticas públicas e com responsabilidade com esse grupo de pessoas, não haveria a necessidade desse tipo de lei. Adiante, o Presidente Antônio Marcos ressaltou que a maioria da população carcerária é jovem negra/pobre e que na cidade de Mariana o presídio suporta apenas oitenta presos, porém está com cento e sessenta, então não haveria espaço para colocar os jovens punidos pela lei em questão. A Mesa foi composta pelas seguintes autoridades: o Presidente da Mesa de trabalhos dessa Audiência, Vereador Cristiano Vilas Boas; o Presidente da Câmara Municipal de Mariana, Vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas; a representante do Prefeito Duarte Eustáquio, Sra. Josiris Tavares Ferreira; o Secretário de Estado de Direitos Humanos, Sr. Nilmário Miranda; o Deputado e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Sr. Cristiano Silveira; o Secretário de Defesa Social, Sr. Braz Luís de Azevedo; a Coordenadora do Conselho Tutelar, Sra. Shirley Adriana dos Santos; a representante da Pastoral da Juventude, Sra. Bruna Monalisa; o representante de movimentos juvenis de Mariana, Júnior Eduardo Nonato. Após invocar a proteção e as bênçãos de Deus, lembrando que todo poder emana do povo e havendo número legal, o presidente da mesa declarou abertos os trabalhos dessa audiência pública. Registrou-se a presença do Comandante da 239ª Companhia da Polícia Militar, Capitão Erly de Jesus Costa; o Comandante da Guarda Municipal de Mariana, Comandante João Maurício Correa da Silva; a representante da Secretaria de Educação, Sra. Darlene Correa; o representante da empresa Samarco Mineração, Sr. Rafael Vale; o representante



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, Sr. Marcius Arlindo da Silva; o Coordenador do Crescer (Serviço de Saúde Mental Infante-Juvenil), Sr. Sérgio Rossi; a Coordenadora do CREIAS, Sra. Rozana Araújo; o Vereador Fernando Sampaio; o Procurador da Câmara Municipal de Mariana, Dr. Corjesu Quirino; a representante do Centro de Referência à Criança e ao Adolescente (CRIA), Sra. Cristineide Ferreira; o representante da Paróquia Nossa Sra. da Assunção, Sr. Enoque Gualberto. Com a palavra, o Presidente da Mesa cumprimentou e agradeceu a todos e justificou o motivo do requerimento, o qual versava sobre um tema também debatido em todo o Brasil e que o principal objetivo era trazer informação à população marianense. Com a palavra, a Sra. Josíris cumprimentou a todos e parabenizou o autor do requerimento pela iniciativa e disse que realmente é necessário entender o assunto, saber como o governo municipal enxerga isso. A Sra. Josíris ressaltou que não concorda com a lei da redução da maioridade penal, na verdade é preciso fazer políticas públicas melhores para dar condições aos jovens de estarem na escola, inseridos na sociedade e em programas comunitários, de modo a impedi-los de se envolverem com drogas e outras infrações. Com a palavra, Sr. Braz cumprimentou a todos e disse que a política da Secretaria de Defesa Social é trabalhar com a prevenção, pois tudo que se trabalha preventivamente de forma correta e bem efetiva reduz-se a sua atuação na repressão. Por fim, o Secretário Braz informou que eles estão elaborando um projeto para resgatar a estrutura familiar e trabalhar com os jovens por meio de políticas preventivas. Com a palavra, o vereador Cristiano explicou as regras para as pessoas se manifestarem, essas poderiam fazer as perguntas por escrito ou oralmente, sendo direcionadas para uma autoridade de acordo com o tema. Assim, iniciada a sessão de perguntas, o vereador Cristiano se posicionou contra a lei da maioridade penal, pois isso não é a solução para a redução dos crimes no Brasil. Segundo dados do Mapa da Violência apenas um 1% dos homicídios são cometidos por menor de dezoito anos, desmitificando a ideia de que reduzir a maioridade penal reduzirá os casos de violência. Além disso, o Estatuto da Criança e Adolescente é uma legislação muito completa e a mais avançada do mundo de acordo com vários juristas pena que no Brasil, após vinte cinco anos de Estatuto, ainda não é totalmente cumprido. É preciso fazê-lo funcionar e investir em políticas públicas como já existem algumas em vigor (por exemplo, Prouni, Pronatec e cota nas universidades para negros). Ainda assim, a violência contra a juventude negra é muito grande. Segundo Cristiano, o Mapa da Violência, por meio de um estudo feito com várias universidades brasileiras, divulgou que de cada quatro homicídios cometidos, três são de jovens negros e pobres e nos últimos dez anos os homicídios contra brancos reduziram 30% enquanto de jovens negros aumentaram 38,5%. No Brasil são registrados 60.000 homicídios por ano, desse percentual 35.000 são cometidos por jovens negros e



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

pobres (sendo 77% negros e 96% homens). De todos esses homicídios apenas 8% são elucidados, 5% as pessoas são punidas. A maioria da população carcerária, 70%, é jovem e negra. Continuando, o vereador Cristiano assinalou que o sistema carcerário brasileiro não faz a função de ressocializar esses jovens, assim quanto mais cedo se leva um jovem para cadeia, ao invés de ajudá-lo, estaria levando-o para a escola do crime, voltando pior ainda para a sociedade. Com a palavra, o Secretário Nilmário Miranda cumprimentou a todos. Em seguida, ele contextualizou historicamente as origens do tema em debate. Segundo o Secretário, o Brasil cometeu uma das maiores violações humanas, a escravidão. O país foi um dos últimos a sair dela. Com a abolição em 1888, a população brasileira era de 13.000.000 (8.000.000 negros e pardos, 98% desses eram analfabetos), essa parcela da população ainda ficaram sem acesso à escola, não havia escola pública. Ainda, não tinha acesso aos trabalhos qualificados, já que eles não tiveram uma formação, uma profissão, apenas aquelas aprendidas no campo. Foi uma população considerada um problema potencial no país, já que não tinha moradia, educação e formação profissional. Assim, a abolição não significou liberdade para os negros, pois não deu uma condição digna para eles e, sim, violência, exploração e exclusão. Ainda, o Secretário informou que foi apenas a partir da Constituição e do ECA que as crianças tiveram a garantia de políticas públicas universais, porém a questão é que isso não tem sido garantido no Brasil. Sr. Nilmário informou que 1/3 da população de mulheres (mães solteiras, separadas ou abandonadas pelo marido) cuidam sozinhas da família, de modo que a mãe tem que trabalhar deixando seus filhos nas ruas, já que não há creches, ensino profissionalizante e escola integral, por exemplo. Então se não há essas estruturas, não é certo reduzir a maioridade penal, isso não resolverá os problemas. Já há leis que prevêm e punem os menores infratores. Assim, o Secretário se posicionou totalmente contra a proposta da lei de reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos. É preciso dar oportunidades universais às crianças e aos jovens como, por exemplo, creches de qualidade e escola. O vereador Cristiano aproveitou para dizer que alguns países que reduziram a maioridade penal perceberam que não resolveu nada e querem voltar à lei anterior. Ainda, ele disse que caso a lei da maioridade penal seja aprovada quem irá sofrer é a juventude negra, pobre e da periferia. O vereador Cristiano anunciou que já está pensando num Estatuto Municipal da Juventude para a cidade que futuramente será apresentado à Câmara Municipal, no projeto serão previstos vários direitos e políticas públicas para os jovens (15 a 29 anos) como, por exemplo, o auxílio-transporte e meia-entrada para estudantes nos eventos culturais. Com a palavra, o Deputado Cristiano cumprimentou a todos e parabenizou o autor do requerimento ao promover o debate público. Ele disse que a audiência poderá gerar frutos e se mostrou contrário à redução da maioridade



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

penal pelos mesmos motivos já expostos. Ainda, o deputado disse que tem se reunido com outros presidentes de comissões de direitos humanos nas assembleias do Brasil, contrários à lei, para elaborarem seus manifestos. O deputado afirmou que no país ainda não há uma democracia radical, são poucas vezes que a população é convidada a participar e opinar sobre decisões importantes. Há uma grande manipulação de opinião através das mídias, dá-se a impressão de que todos os homicídios e outros crimes cometidos pelo país são de responsabilidade dos menores. Muitas pessoas acham que os menores cometem crimes porque não são punidos, porém o ECA prevê punição às crianças a partir dos 12 anos, prevendo o percurso de recuperação de jovem até nove anos, muito mais do que se o jovem fosse enquadrado num sistema prisional convencional. Adiante, o deputado explicou que o Congresso quer enfrentar a criminalidade colocando os jovens de 16 anos na cadeia. Segundo ele, não há políticas de prevenções da criminalidade, devia-se haver mais investimentos nos serviços sociais, escola integral e acompanhamento mais próximo da família, por exemplo. O raciocínio dos que querem a aprovação da lei não tem lógica, há uma percepção equivocada do que se tem que fazer. Por fim, o deputado disse que parece fazer parte da cultura brasileira tolerar morte de jovens negros, seria uma tolerância institucionalizada. Ainda vive-se no Brasil um caso de preconceito e racismo institucionalizado e que precisam ser revistos. Com a palavra, Sra. Bruna cumprimentou a todos e disse que a pastoral tem um posicionamento muito claro, é contra a maioridade penal, chega de violência e extermínio de jovens. Segundo Bruna, a população que mais morre no Brasil é jovem e por fatores externos (acidentes no trânsito e algo relacionado às drogas). Vive-se numa sociedade que facilita o acesso às drogas e restringe o acesso à cultura, já que isso custa caro. Os jovens de baixa renda não tem acesso a esse espaço e a mídia não menciona esses problemas, ela presta serviço a um público específico. Ainda, ela acrescentou que o perfil da população carcerária é jovem, maioria negra e da periferia. A lei da redução da maioridade penal quer tratar apenas o efeito e não a causa dos problemas, que está na desigualdade social, na origem do país. As leis que ferem os mais empobrecidos são efetivadas com mais facilidade. Então, quando se pensa na maioridade penal deve-se pensar também como está a mercantilização das relações. Adiante, Sra. Bruna afirmou que a redução da maioridade penal e o genocídio da população negra tratam-se de um mesmo assunto, de modo que a presente audiência era urgente e necessária, para que as pessoas não se tornem objetos de manobra nas mãos dos poderosos. Com a palavra, Júnior cumprimentou a todos e ressaltou que o Brasil está passando por um momento complicado no que diz respeito à política. E quando se trata do assunto da maioridade penal, em especial no caso dos jovens negros, há uma intolerância assustadora, existe um tratamento diferenciado contra essa população. Segundo



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Júnior, esse grupo deve se envolver cada vez mais nos debates e ter um posicionamento diante dessa realidade. Ele acrescentou que Mariana ganha muito com esse debate, é importante contribuir e pensar em políticas públicas voltadas para a juventude da cidade. No momento, registrou-se a presença dos alunos das escolas Coronel Benjamin Guimarães, Dom Silvério, Monsenhor José Cota e CEMPA. Com a palavra, Júlio César, estudante de Ciência Sociais, direcionou sua pergunta ao Secretário Nilmário e se posicionou contrário à redução da maioridade penal. O estudante questionou se é mais fácil investir em saúde e educação ou em presídios. Ele observou que a população é em sua maioria negra, jovem e pobre. Na universidade também se percebe que a maioria não é negra, então não há igualdade de oportunidade. Outro ponto evidenciado é que há um sistema de punição diferenciado entre população negra e população branca e rica. Assim, nesse contexto brasileiro, como a lei em questão poderia beneficiar essa juventude. Com a palavra, a estudante Andressa do curso de Serviço Social pontuou que o homem jovem e negro recebe um tratamento diferenciado da polícia em relação a um homem branco. A polícia é totalmente despreparada para tratar essa parcela de população, abordando-a de maneira vexatória e humilhante, principalmente se a pessoa for da periferia. Desse modo, a estudante perguntou aos integrantes da mesa como eles veem essa situação. Com a palavra, o Professor Felipe da rede estadual de ensino disse que cabe questionar primeiramente a realidade dos jovens locais, é preciso pesquisar o perfil deles e pensar no que o poder público poderia fazer a respeito disso. Com a palavra, o Professor Lucas da rede estadual de ensino disse que realmente precisaria partir da comunidade local. Ele ressaltou que o executivo e o judiciário deviam se posicionar. Segundo ele, existe um preconceito histórico sim, mas não se deve também se fazer de coitadinho, não é só uma questão racial. É preciso haver igualdade, já que a equidade não existe. Deve-se refletir como o executivo e o judiciário demoram a cumprir as coisas, o que eles estão discutindo, como é vista a educação por eles. Deve-se preparar os jovens culturalmente e igualitariamente. Hoje, ninguém está preparado para tratar a questão do preconceito, o que recai na questão histórica agravante e racial. Com a palavra, uma participante que não quis se identificar direcionou seus questionamentos aos vereadores de Mariana. Ela assinalou que a luta era entre o estado e o tráfico. Em Mariana, por exemplo, o que o Estado tem feito e o que poderia fazer. São muitos caso de jovens viciados em drogas em Minas Gerais, porém não há locais de internação e nem tratamento apropriado. Ela acrescentou que muitos jovens da cidade não têm consciência de que a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) é pública e que muitas verbas são devolvidas à União e questionou o porquê de elas não serem aplicadas na cidade. Assim, a participante quis saber dos vereadores como eles enxergavam essas questões. Com a palavra, Sr. Thiago direcionou sua pergunta ao Sr. Rafael



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Vale e ao Nilmário Miranda, ele perguntou se o jovem não era responsável pela violência, então quem seria o responsável. Se, atualmente, estaria ocorrendo mais ou menos violência. Se com as demissões de trabalhadores nas mineradoras a comunidade estaria sofrendo mais ou menos assaltos. Se as crianças estariam mais ou menos criminalizadas com a falta de emprego. Segundo Thiago, foi colocado pela mesa que há discussões que a população não é convidada a participar, o governo cortou 19 bilhões na educação e ainda a população não pode participar dessa decisão mesmo pagando impostos e qual seria a forma de conter a corrupção. As mineradoras arrecadam milhões e milhões e o que ficaria para a comunidade, para a educação. O que poderia ser feito diante disso. Com a palavra, o presidente da Associação de Moradores do bairro Cartuxa, Sr. Márcio, parabenizou a iniciativa do vereador Cristiano e acrescentou que os ricos são julgados de forma diferente se comparado à população pobre e negra. Na verdade, os pobres são escravos dos ricos. A população vota nos políticos confiando neles, mas quando ganham a eleição praticam corrupção. Com a palavra, a estudante Telma do curso de História parabenizou a presença da juventude negra na audiência. A estudante ressaltou que há desigualdade sim, pois ela sabia o julgo que carregava por ser negra e pobre e ter a sensação de ser perseguida por algum policial na rua e de ser considerada um possível criminoso por ser quem é. Então, não era uma questão de ser coitadinha, pois é realidade. Com a palavra, o Professor Yuri, militante do PSTU, disse que era importante refletir o porquê de a população aprovar a redução da maioridade penal. Seria uma preocupação legítima, porque ela tem pensando em si e em sua família. Muitas vezes, os jornais têm colocado que a punição é a solução, porém a partir da presente audiência poderia pensar em novas alternativas para a diminuição da criminalidade. A população mais prejudicada com esse problema é a juventude negra, quando não é morta pelos criminosos é morta pelos policiais. A solução para a juventude é desmilitarizar a polícia, descriminalizar as drogas, investir em projetos sociais, creches e escolas. Com a palavra, um estudante de Direito lembrou que os italianos e alemães vieram para o Brasil em condições péssimas de trabalho e de vida, eles não vieram para explorar nenhuma classe social ou se aproveitar dela. Segundo o estudante, tirar o foco dos crimes da vítima penalizada pelo resto da vida e colocar o foco do esforço no infrator seria trabalhar no sentido contrário do que deveria ser feito. O código penal visa dar uma resposta à vítima. Todo esforço feito pela mesa é perfeitamente aplicável no campo social, mas não no campo penal, de modo que a redução da maioridade penal ajudaria o país. Ainda, ele assinalou que num país democrático é preciso ouvir o que a população pede. Com a palavra, a estudante Cláudia do curso de Serviço Social disse que a educação integral na cidade de Mariana não é a melhor do mundo, mas, pelo menos, o governo investe. A estudante acrescentou que precisaria



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

acabar no país a cultura da corrupção, o povo tem chegado num ponto de saturação muito grande. O cidadão tem feito justiça com as próprias mãos, não tem acreditado no Estado e nem na Polícia e isso é muito sério. Com a palavra, a Sra. Cristineide disse que nem a UFOP nem Mariana possui condições e não dão amparo à população pobre e negra. Com a palavra, o estudante Mateus disse que todos os dias alguns policias vão à escola do Alto do Rosário para revistarem os alunos, a maioria negros. Assim, ele quis saber se o problema é com a juventude negra ou se é com a própria polícia que não é bem preparada e que tem uma capacidade intelectual muito baixa. Com a palavra, a Professora Sara do curso do Serviço Social na UFOP disse que a audiência era muito importante para desmitificar alguns elementos. A Professora disse que seria importante que as pessoas e o poder público soubessem o papel de cada um. Precisaria desmitificar o fato de que a maioria dos crimes violentos são cometidos por jovens e que esses são responsáveis pelo aumento da violência. Os dados apresentados pela mesa são muitos sérios, eles mostraram que é a juventude pobre/negra que é a maioria da população. Assim, não é uma questão de redução da maioridade penal, de encarcerar e, sim, uma questão de responsabilização. A lei proposta não é a solução, a solução é políticas sociais. Com a palavra, o Comandante João Maurício da Guarda Municipal cumprimentou os presentes e assinalou que a participação da juventude contribui com o país. O Comandante deixou claro que a Guarda Municipal não compactua com condutas ilegais e truculentas dentro da instituição, há a corregedoria e a ouvidoria, em que a população pode procurar e denunciar fatos e condutas irregulares de seus agentes. Ele acrescentou que a Guarda Municipal tem um sistema preventivo e trabalha com palestras nas escolas sobre drogas e bullying. Com a palavra, a jovem Hellen, 19 anos, disse que primeiro seria preciso se conscientizar que não existem brancos no país, todo mundo é negro e se todos conscientizassem disso o preconceito e a discriminação seriam menores. A jovem se posicionou contra a redução da maioridade penal. Com a palavra, a estudante Caroline de uma escola pública da cidade perguntou ao vereador Cristiano como a violência não acabaria com a instauração da lei, já que alguns crimes são cometidos por metade dos jovens, se eles fazem uma vez poderiam fazer outras vezes, se iria deixar por isso mesmo e se ficaria dando chances e mais chances. Com a palavra, um participante disse que a lei da redução da maioridade penal é ridícula, porque ela não reduzirá a violência. Segundo o participante a partir do momento em que a lei não for aprovada, a discussão vai trazer muitos legados interessantes como, por exemplo, a discussão da igualdade de oportunidades não existente atualmente. Ele assinalou que devido à falta de educação igual para todos e a valorização igualitária das profissões, os jovens acabam tendo poucas perspectivas ao longo da vida. Com a palavra, o Sr. Enoque disse que é preciso reestruturar a família e resgatar valores cristãos. Por



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

fim, o Presidente da mesa, o vereador Cristiano, agradeceu a participação de todos, dizendo que foi um trabalho profícuo. Sabe-se realmente que existe uma minoria de mulheres e negros em todos os poderes, é uma história bastante antiga, mas que tem chances de mudar a partir de agora. O vereador Cristiano assinalou que o governo da Dilma instituiu a cota para negros em concursos públicos, o que foi um avanço muito grande, daqui uns anos poder-se-á ver o retorno disso. O Brasil tem uma dívida histórica com os negros, agora ele tem retomado essa dívida e ressaltou que as cotas nas universidades públicas foi um primeiro passo. Ele informou também que nos concursos públicos do Judiciário foram reservados 20% das vagas para os negros. Ainda, o vereador adiantou que será apresentado na Câmara um projeto de lei que visa reservar 20% das vagas nos concursos públicos da prefeitura e do SAAE para negros do município. O vereador disse que é uma realidade de 500 anos e que agora tem tido a chance de mudar, mesmo que a mudança não ocorra de um dia para o outro. Sobre a questão local, em Mariana, realmente não há dados específicos sobre os jovens. Há o programa Rede pela Vida que não é completo, tratando apenas do dependente químico. Seria necessário também criar projetos para precaver o uso de drogas. Há alguns programas sim, mas que precisam avançar e quem sabe institucionalizar outros. Ainda, o vereador ressaltou que foram convidados para participarem da audiência pública o Judiciário e o Ministério Público, porém eles não vieram. O vereador ressaltou que a Câmara tem feito sua parte dentro de seus limites e espera que o debate já tenha sido um avanço. Ele lembrou que haverá uma audiência pública em que será debatido os impactos das mineradoras na cidade e a questão da violência que poderia advir das demissões, de modo que algumas questões seriam debatidas nessa futura audiência. Adiante, o vereador Cristiano disse que realmente é preciso construir mais creches, mas tinha que reconhecer que o programa Pró-Infância foi um avanço, na cidade há duas creches em construção com recursos do governo federal. Espera-se que com o programa supra um pouco do déficit no país. Em relação à pergunta da Caroline, o vereador disse que audiência era realmente para buscar novas alternativas além das que já existem na legislação, já que foi observado pelos dados que a redução da maioria penal não resolve os problemas. Ao fim, o vereador concordou com um dos participantes ao dizer que o debate deixaria legados muito importantes, por isso a necessidade de as Câmaras, as Assembleias, entre outros discutirem o assunto. O Presidente da Câmara, Antônio Marcos, agradeceu a presença de todos e relatou um pouco de sua história de vida e seu esforço para estudar e trabalhar mesmo tendo poucos recursos financeiros. Adiante, ele acrescentou que era preciso de coragem para colocar em debate o assunto e ouvir a população. Em relação à questão da escola do Alto do Rosário, ela tem um histórico de agressão dos professores por parte de alguns alunos, muitos professores não queriam mais



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

trabalhar na escola, daí a necessidade de os policiais se fazerem presentes. Segundo o presidente, a teoria é muito mais fácil de lidar em comparação à prática, a qual exigiria uma manobra, um esforço de todas as partes. É importante sair do discurso e partir para a prática e não há dúvidas de que se quiser algo diferente para a sociedade tem que se voltar para a família e não se pode ter medo de discutir e aprofundar nos assuntos e que não adiantava apenas falar era preciso se responsabilizar e buscar soluções. O Secretário Nilmário disse que é importantíssimo derrotar a redução da maioridade penal, todo mundo pode fazer isso, tem um papel, deve fazer chegar no Congresso a posição da maioria, mas só isso não basta, não basta ficar como está, é preciso dar um passo a frente, é preciso exigir a implementação do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e cumprir o ECA. Já sobre os policiais, eles foram formados para fazer guerra ao crime, o que é errado, é preciso agir de acordo com a lei. É preciso civilizar e cumprir a lei. E assinalou que por morar em algum lugar ou ser negro não quer dizer que a pessoa seja suspeita de alguma coisa, não se pode declarar que em tal região todo mundo é suspeito, que todos devem ser revistados, jogados ao chão por causa de sua cor, é preciso refazer essa concepção e isso começaria nas academias. É preciso punir, mas ressocializar, devolver para a sociedade. Ainda, ele acrescentou que a saída é ter mais creches, escola integral e qualidade de ensino. O governo de Minas esse ano começou a pagar o piso salarial dos professores já aprovado anteriormente e que até então não havia se cumprido, foi uma atitude do governo que valorizou os professores, motivando-os a trabalhar. Em relação à corrupção, o Secretário disse que sempre a combateu e advertiu que num país com tantas desigualdades, a improbidade não basta, é necessário ter ética pública, o que é também justiça social. O Secretário registrou no momento a presença de 270 pessoas na audiência e que não interessava se falavam ou não coisas que o agradasse, o importante era as presenças, é preciso saber o que elas pensam. Ele ressaltou que o principal era a participação. As leis, o Estatuto, por exemplo, ficarão no papel se não houver participação da população. Por fim, ele parabenizou a Câmara, em especial as pessoas que foram à audiência. Com a palavra, o Dep. Cristiano ressaltou que há mesmo a estereotipificação feita pelo sistema de segurança quando se depara com um jovem negro, isso é notório. Ele acrescentou que há realmente um tratamento diferenciado perante a justiça, na verdade nem todos tem acesso a ela. Fala-se da corrupção no legislativo e executivo, mas esquecem do judiciário. A corrupção pode ser combatida com uma reforma no judiciário, ampliar os mecanismos de controle, de fiscalização, de monitoramento e de penas para quem comete esse tipo de crime. Há uma intolerância maior contra a corrupção atualmente, mas é preciso vigiar os pequenos atos de si mesmo no dia a dia. Por fim, o Dep. Cristiano disse que ficou perceptível que uma grande saída é a educação, um



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

maior tempo no ambiente escolar. Também seria importante analisar se as escolas estão estruturadas para esse ensino em tempo integral, como estaria a valorização dos professores e qual a carga pedagógica a ser ofertada a esses alunos no período em que estariam na escola. Em seguida, o deputado assinalou que nos últimos doze anos houve uma compensação na área da educação que até então estava com um déficit muito grande, o governo criou projetos para construções de 6.400 creches, 214 escolas técnicas, universidades incluindo expansões e houve uma maior oferta de vagas no ensino superior, são ações que não devem perder o ritmo para que a educação seja uma grande saída. Com a palavra, Sra. Bruna Monalisa esclareceu que a existência de creche nas universidades não é um incentivo aos jovens para terem filhos e sim para eles estudarem. Em relação à repressão policial, ela assinalou que é algo muito sério e que deve ser repensado, será que a desmilitarização seria o caminho? Já a questão das drogas é o que mais matam, tornou-se um caso de saúde pública, na cidade não há casas de reabilitação para atender a demanda, muitos jovens não possuem condições de se deslocarem para iniciarem um tratamento, além de o Estado também não oferecer estrutura para isso. No que diz respeito à juventude negra na universidade, ela está avançando, ocupando seu espaço. Por fim, Sra. Bruna assinalou que sem organização popular não há reforma política. Com a palavra, Sr. Braz informou que a polícia militar, quando se fala em falta de treinamento e preparo, hoje, tem trabalhado nas escolas com o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), há a polícia comunitária dentro dos bairros e das associações de bairro, há o programa sobre violência doméstica em integração com a Guarda Municipal. Ainda, ele ressaltou que todo treinamento e todos os cursos da polícia militar têm a disciplina Direitos Humanos dentro de sua grade curricular, são promovidos os direitos humanos na corporação, todas as abordagens são realizadas dentro de sua doutrina, há a corregedoria e há também o tel. 181, em que o cidadão sem identificação pode denunciar e receber uma senha por onde ele pode acompanhar o resultado de sua denúncia. Aproveitando, Sr. Braz sugeriu que a Câmara realizasse uma audiência pública sobre segurança pública e a atuação da polícia militar na comunidade. Ao fim da audiência, o vereador Cristiano agradeceu a presença e participação de todos. Nada mais havendo, a audiência foi encerrada às vinte e duas horas e trinta e três minutos e, para constar, lavrou-se esta ata que após lida e aprovada será assinada pelos seus representantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br